

# FÓRUM EM DEFESA DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA BAHIA

---

## REGISTRO de IMPACTOS CAUSADOS

A POPULAÇÕES INDÍGENAS, A POVOS E/OU A COMUNIDADES TRADICIONAIS  
NA BAHIA para encaminhamento à Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças  
Climáticas de 2025 (COP30) e à Conferência Nacional dos Direitos Humanos 2025

O objetivo do **Fórum em Defesa das Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais na Bahia**, em sua reunião ordinária anual de 2025, foi consolidar documento, com registro de impactos a Populações Indígenas, a Povos e/ou a Comunidades Tradicionais, para encaminhamento à **Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30)** e à **Conferência Nacional dos Direitos Humanos 2025** (cujo Eixo 4 - Justiça Climática, Meio Ambiente e Direitos Humanos - apresenta para debate: **a)** o enfrentamento das mudanças climáticas e do racismo ambiental e proteção de deslocados e deslocadas climáticas; **b)** a garantia dos direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos e Comunidades Tradicionais; **c)** o direito à terra, à água, ao território e ao meio ambiente limpo, saudável e sustentável; e **d)** a promoção da agroecologia e agricultura familiar).

### População Indígena, Povo ou Comunidade Tradicional

---

#### Povo ou Comunidade Tradicional impactada na Bahia

#### IMPACTOS e CAUSADORES

##### Povo Indígena Tuxá de Rodelas-BA e região

- O território indígena Surubabel (Dzorobabé) segue pendente de regularização fundiária pela **Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)** e continua sofrendo diversas ameaças por empreendimentos diversos que objetivam se instalar no local com a aprovação do **poder público municipal**. As terras dos Tuxá foram inundadas juntamente com três municípios da Bahia e quatro de Pernambuco na década de 1980, com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, iniciativa da **Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF)**: “royalties” pagos não beneficiam os indígenas.

##### Povo Indígena Pankararé em Glória-BA e região

- O território indígena já foi delimitado e homologado, mas segue pendente a desintrusão (retirada de não indígenas) do local pela **Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)**. Com a omissão estatal, permanece a pressão sobre os indígenas (turismo intensivo, carreatas, carro de som, atividades de *rally*, carnaval, acampamentos etc.), com permissão do **poder público municipal**.

**Povo Indígena Truká-Tupan  
em Paulo Afonso-BA**

O território indígena está pendente de regularização, com atividades administrativas em curso, mas que não são concluídas, há anos, pela **Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA - Estado da Bahia)** e pela **Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)**. A demora da regularização do território indígena aumenta a pressão sobre ele e seu povo, com recorrentes episódios de ameaças.

**Povo Indígena Kariri-Xocó  
em Paulo Afonso-BA**

O território indígena está pendente de regularização e depende, sobretudo, de atuação articulada da **Superintendência do Patrimônio da União (SPU)** e da **Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)**. A demora na regularização do território indígena aumenta a pressão sobre ele e seu povo, impedindo a implementação de políticas públicas essenciais e causando conflitos internos.

**Povo Indígena Tupinambá de  
Belmonte-BA**

- O território indígena do Povo Tupinambá de Belmonte-BA percorreu integralmente as fases administrativas para a regularização fundiária e, aguarda a publicação da portaria declaratória pelo Governo do Brasil (**Ministério da Justiça e Segurança Pública**). A demora na regularização do território indígena aumenta a pressão sobre ele e seu povo, inclusive com autorizações de pesquisa de recursos minerais que seguem sendo concedidas pela **Agência Nacional de Mineração – ANM**.

**Povo Indígena Tupinambá de  
Oliveira-BA, Ilhéus-BA e região**

- O território indígena do Povo Tupinambá de Oliveira-BA percorreu integralmente as fases administrativas para a regularização fundiária e aguarda a publicação da portaria declaratória pelo Governo do Brasil (**Ministério da Justiça e Segurança Pública**). A demora da regularização do território indígena aumenta a pressão sobre ele e seu povo, inclusive com autorizações de Supressão de Vegetação pelo **Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos INEMA**. A degradação ambiental (desmatamento e retirada do solo) vem se acelerando, sobretudo pela atividade econômica privada de mineração de areia e arenoso, realizada por agentes econômicos diversos, com a aprovação do **poder público municipal** e da própria **Agência Nacional de Mineração – ANM**.

**Povo Indígena Pataxó – Território  
Barra Velha do Monte Pascoal e  
Território Comexatibá, em Porto  
Seguro-BA, Prado-BA e região**

- O território indígena Barra Velha do Monte Pascoal, do Povo Pataxó, percorreu todas as fases administrativas para a regularização fundiária e aguarda a publicação da portaria declaratória pelo Governo do Brasil (**Ministério da Justiça e**

**Segurança Pública).** O território indígena Comexatibá percorreu quase todas as fases administrativas (**em vias de ser remetido ao Ministério da Justiça e Segurança Pública**). A demora na regularização de ambos os territórios indígenas aumenta a pressão sobre eles e seu povo, com recorrentes episódios de violência, com ameaças e assassinatos e lideranças protegidas. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em 24 de abril de 2023, outorgou medidas cautelares aos membros do Povo Indígena Pataxó que vive nas Terras Indígenas Barra Velha e Comexatibá, na Bahia (Resolução 25/2023), solicitando ao Brasil que: **a)** adote as medidas necessárias para proteger a vida e a integridade pessoal dos membros do Povo Indígena Pataxó conforme identificados, inclusive de atos perpetrados por terceiros, levando em consideração a pertinência cultural das medidas adotadas; **b)** coordene as medidas a serem adotadas com as pessoas beneficiárias e seus representantes; e **c)** informe sobre as ações adotadas para a investigação dos fatos que motivaram a adoção desta medida cautelar e, assim, evitar sua repetição. O **Brasil**, portanto, responde internacionalmente.

**Comunidades Tradicionais, inclusive quilombolas, nas Ilhas de Boipeba e Tinharé, Cairu-BA**

- Os territórios tradicionais são ameaçados por diversas atividades, dentre elas a pretensão de construção de empreendimento imobiliário de alto luxo. Tudo, em área da **União**, mas com aprovação do **Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA**. A demora na regularização dos territórios tradicionais aumenta a pressão sobre ele e seu povo, ameaçando recursos naturais sensíveis. As ilhas de Boipeba e Tinharé compõem um território histórico e tradicionalmente ocupado, sabe-se, por comunidades pesqueiras, quilombolas e extrativistas. Composta por um mosaico de ambientes entre mangues, rios, campos, restingas, recifes coralinos, matas e praias, as ilhas formam um etnoecossistema costeiro de alta riqueza e vulnerabilidade ecológica associada às tradições culturais e socioambientais conectadas no mar, na terra e nos mangues. Formam paisagens bioculturais que marcam a relação entre as comunidades e seus territórios e, por isso, trata-se de uma região única e ambientalmente diferenciada.

**Comunidades Tradicionais de Antas e Palmito, Caetité-BA**

As famílias de Antas e Palmito foram retiradas de modo forçado de seus territórios tradicionais há mais de 10 (dez) anos; foram diretamente afetadas por empreendimento de **Complexo Minerário**. As comunidades tradicionais, dentre outras questões, reivindicam a titulação das terras, garantia efetiva de água para produção e desenvolvimento e das contrapartidas pelas torres de energia eólica no local,

bem como reafirmaram as propostas do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), fatores que não são assegurados pelo **Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA**.

**Comunidade Quilombola Pitanga dos Palmares, Simões Filho-BA** - O território tradicional ainda não está regularizado, apesar do histórico de violência, com ameaças e os assassinatos de Binho do Quilombo e de Mãe Bernadete. O **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)** e a **Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA - Estado da Bahia)** precisam finalizar a regularização fundiária, em especial para a implementação das mais diversas políticas públicas em favor dos quilombolas.

**Comunidade Quilombola Conceição de Salinas, Salinas da Margarida-BA** - O território tradicional é protegido por ato provisório, um Termo de Autorização de Uso Sustentável/TAUS, sem fixação de placas indicativas no local e sem a necessária conversão em Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), ambas providências que devem ser efetuadas pela **Superintendência do Patrimônio da União (SPU)**. A precariedade quanto à proteção do território coloca em risco ele e seu povo, inclusive com a pretensão de construção de empreendimento imobiliário licenciado pelo **Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA**.

**Comunidades Quilombolas de Pau Grande de Baixo, Tapera, Beira do Rio, Castelo da Torre e Adjacências, Mata de São João-BA** - O território tradicional ainda não está regularizado. O **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)** precisa finalizar a regularização fundiária, em especial para a implementação de políticas públicas em favor dos quilombolas, sobretudo considerando a forte pressão de diversos interesses econômicos, inclusive do **poder público municipal**, ante a valorização da região.

**Comunidades Quilombolas na Ilha de Maré, Salvador-BA** - O território tradicional ainda não está regularizado. O **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)** e a **Superintendência do Patrimônio da União (SPU)** precisam finalizar a regularização fundiária, em especial para a implementação das mais diversas políticas públicas em favor dos quilombolas, como as constantes no Plano Geral da Ilha de Maré e Planos Locais. É válido registrar que o documento "Violação dos Direitos Humanos no Brasil - relatórios de casos com denúncias e recomendações", que é uma realização da Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil (AMDH), contém o "Caso das violações dos direitos humanos sofridas pelas comunidades quilombolas, pesqueiras e marisqueiras de Ilha de Maré, Salvador, Bahia".

**Comunidade Quilombola Rio dos  
Macacos, Simões Filho-BA**

- O território tradicional ainda não está regularizado de forma integral, pois falta a finalização de parte da área pela **Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA - Estado da Bahia)**, bem como a finalização de determinadas políticas públicas em favor dos quilombolas como energia elétrica, abastecimento de água e moradias.

**Comunidade Quilombola  
Riacho Santo Antônio – Jitaí,  
Mata de São João-BA**

- O território tradicional ainda não está regularizado. O **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)** precisa iniciar a regularização fundiária, sobretudo considerando a forte pressão dos mais diversos interesses econômicos, inclusive do **poder público municipal**, ante a valorização da região, sendo que agentes diversos têm se articulado e colocado em risco recursos naturais relevantes.

**Comunidades Tradicionais em Itaetê-  
BA, Ibicoara-BA e Mucugê-BA  
(Serra da Chapadinha)**

- O entorno da **Serra da Chapadinha**, ao longo do curso do rio Una, é um local singular onde vivem comunidades tradicionais diversas. **Uma área de importância biológica e de prioridade de ação extremamente altas, classificada como Área Prioritária para Conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade estabelecidas a partir de mapeamento publicado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). ÁGUA.** A Serra da Chapadinha é uma das principais zonas de recarga da bacia hidrográfica do Rio Paraguaçu, que assegura o abastecimento de água para a capital baiana e região metropolitana, bem como em todo os municípios em seu curso ao longo do Estado da Bahia, sendo, portanto, de vital importância. Cada vez mais, vetores de pressão ameaçam o modo de ser, viver e existir das comunidades tradicionais da região, tais como: mineração, com aprovações da **Agência Nacional de Mineração – ANM**; desmatamento, aterramento dos brejos interioranos, e introdução de espécies exóticas/invasoras, não coibidos pelo **Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA**. É fundamental a criação de Unidade de Conservação (recomendável na modalidade de proteção integral e na categoria de Refúgio de Vida Silvestre, ante o cenário socioambiental da região).

**Comunidade Quilombola de Volta  
Miúda, em Caravelas-BA e região e  
Povo Indígena Pataxó**

- O território tradicional ainda não está regularizado. O **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)** precisa concluir a regularização fundiária, sobretudo considerando a forte pressão dos mais diversos interesses econômicos, em especial os **fortes impactos causados pela eucaliptocultura**, com aprovação do **Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA**. De fato, o plantio de eucaliptos impacta com muita

intensidade o modo de ser, viver e se relacionar de comunidades tradicionais quilombolas (Cândido Mariano, Helvécia, Volta Miúda, Mutum, Mota, Naiá, Vila Juazeiro e Rio do Sul) e indígenas (Comexatibá e Barra Velha do Monte Pascoal), todas elas localizadas no Extremo Sul da Bahia.

**Comunidade Quilombola Bocaina,  
em Piata-BA**

- O território tradicional é gravemente ameaçado por **atividades de mineração**, as quais são aprovadas pela **Agência Nacional de Mineração – ANM** e pelo **Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA**. Tudo, numa região rica em biodiversidade. O **Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Contas – CBHRC**, salienta, dentre outros aspectos: **a) a fragilidade do ecossistema** onde o empreendimento de mineração está inserido, com a presença de espécies endêmicas; **b)** que as serras desta localidade são consideradas um **verdadeiro “berço de nascentes”** do rio das Contas; **c)** que estudos e pesquisas já apontam para possíveis impactos nas nascentes e corpos hídricos da região decorrente da atividade da mina; **d)** que os conflitos entre empreendimento e parte da população tem se acirrado e que **não houve participação popular no processo de obtenção das licenças;** **e) o potencial impacto em toda a Bacia Hidrográfica do Contas, região que abriga grande quantidade de nascentes.**

**Comunidade Quilombola de  
Quingoma, em Lauro de Freitas-BA**

- O território tradicional ainda não está regularizado. O **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)** precisa concluir a regularização fundiária, sobretudo considerando a forte pressão dos mais diversos interesses econômicos, inclusive do **poder público municipal**, ante a valorização da região, considerada zona de expansão da capital, Salvador-BA, a exemplo da pretensão de construção de empreendimento imobiliário e de Centro de Treinamento para clube de futebol. Tudo, com permissão para devastação de região absolutamente sensível em afronta e desrespeito às regras da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Joanes-Ipitanga. A Comunidade Quilombola já foi gravemente impactada pela construção do Hospital Metropolitano, Via Metropolitana, de Condomínio do Programa Minha Casa, Minha Vida etc.

**Comunidade Quilombola de Porto  
Dom João, em São Francisco  
do Conde-BA**

- O território tradicional ainda não está regularizado. O **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)** precisa finalizar a regularização fundiária, em especial para a implementação de diversas políticas públicas em favor dos quilombolas, sobretudo considerando a forte pressão dos mais diversos interesses econômicos, inclusive do **poder público municipal**. O território tradicional é protegido por ato provisório, um Termo de



Autorização de Uso Sustentável/TAUS, sem fixação de placas indicativas no local e sem a necessária conversão em Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), ambas providências a serem efetuadas pela **Superintendência do Patrimônio da União (SPU)**.

**Comunidade Quilombola da Boca do Rio, Candeias-BA, e Comunidade Quilombola Dandá, Simões Filho-BA** - Os territórios tradicionais não estão regularizados. O **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)** precisa finalizar a regularização fundiária, em especial para a implementação de diversas políticas públicas em favor dos quilombolas, sobretudo considerando a forte pressão dos mais diversos interesses econômicos, com destaque para atividades petroquímicas no Porto Organizado de Aratu-Candeias (incluindo atividades de exploração e produção de petróleo) gerido pela **Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA**, e com licenças do **Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA** e **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA**.

**Comunidade Quilombola Alto do Tororó, em Salvador-BA** - O território tradicional ainda não está regularizado. O **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)** precisa finalizar a regularização fundiária, em especial para a implementação de diversas políticas públicas em favor dos quilombolas, sobretudo considerando a forte pressão de diversos agentes econômicos via atividades no Porto Organizado de Aratu-Candeias gerido pela **Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA**, e com licenças do **Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA** e **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA**.

**Comunidades Quilombolas de Lagoa da Salina, Bom Sucesso, Caldeirão, Caldeirão do Sangue, Lagoa da Fumaça, Grota, Lagoa da Cruz, Lagoa dos Bois, Laje das Cabras, Palha, Poças e Tanque Novo, em Nordestina-BA** - Há mais de uma década, o território tradicional de 12 comunidades quilombolas de Correntina-BA é diretamente impactado pela maior mina de diamantes da América Latina. O impacto ocorre sem a realização, pelo **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**, da devida Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), o que viola a Convenção nº 169 da OIT. O **Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA)**, mesmo diante desse quadro, recentemente concedeu licença ambiental (de alteração) ao agente econômico permitindo a expansão das operações para atividades subterrâneas, o que traz novas e complexas interferências ao ecossistema e à vida social e cultural das comunidades tradicionais, tornando a ausência de CPLI ainda mais gravosa.

**Comunidades Quilombolas de Subaé, Santo Antônio, Gavião, Cavaco, Paus Altos, Orobó, Salgado, Morro da** - O território tradicional de 10 comunidades quilombolas de Antônio Cardoso-BA e 01 de Feira de Santana-BA é diretamente impactado pela

**Pindoba, Coroa, Poço e Tocos, em Antônio Cardoso-BA, e Lagoa Grande, em Feira de Santana-BA**

construção e instalação da Linha de Transmissão 500 Kv Porto de Sergipe - Olindina - Sapeaçu C1 e suas subestações associadas. O **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)** não realizou a devida Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), violando a Convenção n.º 169 da OIT. O **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**, mesmo diante desse quadro, concedeu licença ambiental (de operação) a agente econômico.

**Comunidade Quilombola de Lagoa das Piranhas, Bom Jesus da Lapa-BA**

- O território tradicional da comunidade quilombola sofre o impacto direto da poluição causada pelo Projeto de Irrigação Formoso, da empresa pública federal **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF**. O projeto, que apoia um dos maiores polos de produção de banana do Brasil, libera agrotóxicos em um dreno que deságua diretamente na **Lagoa das Piranhas**, contaminando o corpo d'água e afetando o território da comunidade quilombola. Como resultado dessa poluição, aos quilombolas não têm acesso a direito básico: água potável.

**Comunidades e Povos Tradicionais de Salvador-BA, da Ilha de Itaparica-BA e de Vera Cruz-BA**

- O empreendimento da Ponte Salvador-Itaparica, a ser construído pelo Estado da Bahia por meio de Parceria Público-Privada (PPP), avança mesmo diante dos enormes impactos sobre comunidades e povos tradicionais. O projeto prevê uma ponte de 12,4 km de extensão sobre o mar, que será a maior da América Latina, além de integrar um sistema rodoviário mais amplo, com vias expressas e duplicações que somam dezenas de quilômetros. Entretanto, estudos e levantamentos revelam que o custo social e cultural do empreendimento é elevado. A sua implementação afetará diretamente dezenas de comunidades de pescadores artesanais e de marisqueiras, comunidades quilombolas, mais de 120 povos de terreiro, comunidades ciganas e também povos indígenas. Entre os riscos apontados, destacam-se a perda de territórios sagrados, a interrupção de atividades tradicionais de pesca e mariscagem e a desestruturação das formas de organização social, econômica e cultural que garantem a sobrevivência desses coletivos.